

Visão ideológica sobre o aumento do mínimo

De tempos em tempos aparecem alguns pequenos gênios em economia que se destacam por "provar" matematicamente que a pior coisa que pode acontecer para os pobres é um aumento do salário real. Nos anos 20, até a Grande Depressão dos 30, época de ouro do liberalismo econômico, o estabelecimento norte-americano considerava como inimigo número um da prosperidade dos Estados Unidos o movimento sindical, em face da pressão que exercia sobre os salários. A imposição de um salário mínimo pelo governo, advogada por alguns, era considerada anátema.

Em plena depressão, verificou-se que a queda inexorável do salário real provocada pelas altas taxas de desemprego não levava à restauração automática do mercado de trabalho. Em outras palavras, não bastava deixar cair o salário para a retomada do emprego. Era preciso algo mais. Esse algo mais foi identificado, entre outros, por Keynes.

Tratava-se da demanda efetiva. O empresário investe porque tem demanda para seus produtos, não porque custa pouco produzi-los. Havendo demanda, ele arranja um jeito de produzir com eficiência, mesmo sob pressão sindical.

Estou atônito com o estudo coordenado pelo economista Marcelo Néri, da Fundação

Getúlio Vargas, sustentando que o aumento real do salário mínimo não contribui para reduzir a pobreza. Os fundamentos empíricos são tão frágeis que nem vale a pena comentar. Alguns deles foram desmontados por economistas do Dieese e Seade, no MONITOR MERCANTIL. O que me intriga, porém, é o ânimo por detrás de uma conclusão desse tipo. O sujeito que se defronta com o que lhe parece uma evidência contra o bom senso social deveria pensar duas vezes antes de sair falando por aí.

Sua conclusão não poderia deixar dúvida alguma. Ele deveria checar os dados várias vezes. Afinal, ele está dizendo à sociedade brasileira que o salário mínimo real não pode subir. Que o nível atual desse salário, por alguma razão metafísica, é o que define o melhor dos mundos no mercado de trabalho. Que aumentar o mínimo estimula a informalidade, e assim por diante. É imensa a responsabilidade dessas alegações, sobretudo para quem carrega a grife da Fundação Getúlio Vargas, de alta reputação acadêmica. Se ele não tem certeza, é bem melhor ficar calado, pois as consequências sociais de uma conclusão equivocada podem ser danosas socialmente.

Parece, porém, que Marcelo Néri não se atemoriza com desafios desse tipo. Consideran-

do que sua tese é a favor dos ricos e contra os pobres, não é de admirar. Além disso, acima da reputação acadêmica, a FGV ostenta a condição de ser o maior centro de pensamento econômico conservador do país – portanto, contra o povo –, em total contradição com a inspiração getuliana de seu nome. Justifica-se, pois, que um dos seus quadros não tenha qualquer pudor em usar um conjunto de dados para fulminar uma das mais bem sucedidas políticas sociais do Governo Lula.

O salário mínimo no Brasil, hoje, é um instrumento direto de transferência e desconcentração de renda. Sua principal incidência é na remuneração de milhões de aposentados e pensionistas. Trata-se, neste caso, obviamente, de mercado formal. O aumento real do salário mínimo nessa faixa funciona como injeção na veia da renda de quem o recebe. Outra grande incidência do salário mínimo é na remuneração de servidores públicos de estados e municípios. De novo, trata-se de mercado formal: o aumento do mínimo se traduz diretamente em transferência de renda para pobres.

O estudo de Néri sugere que, no setor privado, o aumento do mínimo gera informalidade. É um equívoco. A informalidade que se tenta atribuir ao aumento do mínimo já existe antes

dele, provocada pelas altas taxas de desemprego. Costumo, por exemplo, definir o subemprego como a faixa de rendimento inferior a um mínimo. Em maio último, quando o salário mínimo aumentou, o subemprego passou de 14% para 23%. É uma ilação equivocada, porém, dizer que esse aumento do subemprego se deveu à alta do mínimo. Foi a medida do subemprego que mudou. Ele já existia antes, na faixa do antigo mínimo ou pouco mais, mas sempre na informalidade.

Ignorar esses fatos é tapan o sol com a peneira. Talvez alguém ouse dizer que isso é ciência. Eu sustento que é pura empulhação ideológica. Entretanto, quanto trabalho socialmente útil o pessoal da FGV poderia fazer! Por exemplo, estabelecer um mapeamento rigoroso de nosso sistema monetário e financeiro, à luz da mais rigorosa ortodoxia econômica.

Assim, talvez justificasse perante a sociedade brasileira por que tantos ministros e presidentes de banco central oriundos de seus quadros, alguns detendo poder ditatorial, usaram deste para indexar a economia, deturpar o mercado de títulos públicos, estimular a moeda financeira, e nos impor essas taxas de juros pornográficas – tudo pelo capital especulativo e contra o povo?

□ J. Carlos de Assis